



Evento	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2014
Local	Porto Alegre
Título	Políticas Públicas Educacionais: entrelaces com as questões de gênero e sexualidade
Autor	DIANISE MELLO BARBOSA
Orientador	BIANCA SALAZAR GUIZZO
Instituição	Universidade Luterana do Brasil

Este trabalho é um recorte de um projeto maior de pesquisa cujo título é “Lugares e Sentidos das Ações Pedagógicas relacionadas ao respeito às diversidades de gênero e de sexualidade na Educação Básica”. Tal projeto tem como objetivo principal verificar e discutir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nos espaços educacionais a fim de colocar em prática o que se propõe em documentos oficiais brasileiros. A partir de um levantamento bibliográfico realizado no âmbito do referido projeto, nesse trabalho de Iniciação Científica especificamente tem-se como principal propósito verificar e problematizar o que algumas políticas públicas educacionais têm abordado, ou não, sobre as questões de gênero e sexualidade com a intenção de diminuir preconceitos e discriminações relacionadas a tais questões a partir de uma pesquisa documental. Pesquisas têm apontado que ainda há intolerância por parte de estudantes com relação a colegas que não se vinculam à sexualidade heterossexual. Em uma pesquisa realizada com alunos de 500 escolas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas em 2010 chegou-se aos seguintes resultados: 26,6% afirmaram que não aceitam a homossexualidade e 21,1% consideraram que pessoas homossexuais não são normais. Em função desses índices, é que se tornaria importante a inserção das temáticas de gênero e sexualidade em documentos que visam melhorar a qualidade da educação no Brasil. Entretanto, os resultados desse trabalho apontaram que políticas educacionais importantes, tais como os Planos Nacionais de Educação (2001-2010 e 2011-2020) sequer mencionam questões relacionadas a gênero e sexualidade. Em contrapartida, alguns programas vinculados ao Governo Federal, tal como o Brasil sem Homofobia (2004) procuraram incentivar o combate à violência e à discriminação contra sujeitos cuja orientação sexual não era a heterossexual, bem como procuraram promover a cidadania homossexual. Uma das iniciativas desse programa era distribuir um conjunto de materiais que ficou conhecido como “Kit Escola Sem Homofobia”, mas essa iniciativa foi suspensa, pois sofreu duras críticas e fortes reações de setores conservadores atrelados ao Governo. Outro importante documento que menciona a importância de lidar com as diferenças nas escolas são as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2013). Os primeiros resultados apontaram que, de algumas décadas para cá, tem havido a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade em documentos vinculados à área da educação, mas ainda não é suficiente. Atualmente defende-se que uma das finalidades fundamentais nos âmbitos escolares deve ser preparar crianças, jovens e adultos para serem sujeitos ativos e críticos, viabilizando a construção de uma sociedade menos desigual, minimizando diferenças, como – por exemplo – aquelas relacionadas a gênero e sexualidade. Nessa direção é que as Diretrizes Curriculares Nacionais afirmam que “torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos”. Enfim, é importante destacar que embora alguns documentos mencionem a relevância de trabalhar com as questões de gênero e sexualidade, é inconcebível que documentos tais como o Plano Nacional de Educação não as incluam. As Diretrizes, por sua vez, precisam ser efetivamente utilizadas nas escolas, já que elas hão de intervir nos conhecimentos relativos às relações de gênero e de sexualidade para que as discriminações e desigualdades comecem a ser combatidas.